



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SAQUAREMA**

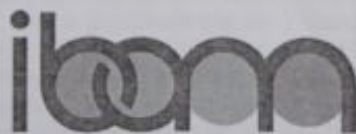
EDITAL Nº 02/2022

**Concurso Público para
PROCURADOR**

MANHÃ

Caderno de Provas

- ♦ Conhecimentos Específicos
- ♦ Português
- ♦ Legislação Municipal e Conhecimentos Gerais do Município



instituto brasileiro de
administração municipal

<http://www.ibam-concursos.org.br>

Concurso Público nº 02/2022

Prefeitura Municipal de
Saquarema - RJ

Ensino Superior
Duração: 4 horas

Você recebeu o seguinte material:

- Dois **cadernos de provas**, o primeiro contendo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 4 (quatro) alternativas: **A, B, C e D**. As questões estão assim distribuídas: 01 a 20 - **Conhecimentos Específicos**, 21 a 30 - **Português** e 31 a 40 - **Legislação Municipal e Conhecimentos Gerais do Município**.
- O segundo **caderno de prova** contendo uma **questão dissertativa**.
- Um **cartão de respostas**.

Instruções

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.
- Transcreva no espaço indicado no seu cartão-resposta a seguinte frase: **Saquarema o rincão abençoado.**
- Verifique se o cargo que consta na capa da sua prova corresponde ao cargo para o qual sua inscrição foi efetivada.

Se houver erro, notifique o fiscal.

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.
- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

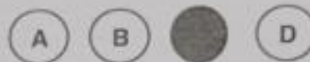
Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações.
- Não é permitido o uso de calculadora.
- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.
- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou

manchado, nem conter qualquer registro, além das respostas assinaladas, de sua assinatura e da frase transcrita.

- É obrigação do candidato entregar o cartão de respostas assinado. A assinatura deverá coincidir com a do documento de identidade apresentado ao fiscal, sob responsabilidade do candidato.
- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.
- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo abaixo:

Correto:



Outras formas de marcação, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas. Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado e com a frase transcrita.

Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão-resposta, não cabendo aos organizadores eventuais erros ou omissões no preenchimento de todos os campos do cartão (assinatura, frase e respostas).

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Ao tratar de um dos princípios expressos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, Celso Antônio Bandeira de Mello (*Curso de Direito Administrativo*, 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010) afirma sobre esse princípio o seguinte: "é o fruto da submissão do Estado à lei. É, em suma: a consagração da ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de consequente, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei". Essas afirmativas se referem ao princípio da:

- A () eficiência
B () moralidade
C (X) legalidade
D () publicidade

Questão 02

Considerando-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da delegação do poder de polícia a pessoa jurídica de direito privado da Administração indireta, é correta a seguinte afirmativa:

- A (X) é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial
B () é inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, uma vez que o exercício do poder de polícia é atividade típica de Estado
C () é constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que exerçam atividades econômicas em regime de concorrência com empresas privadas
D () é constitucional a delegação do poder de polícia, limitada a atos de ordem de polícia e fiscalização de polícia, não podendo ser delegados atos de sanção de polícia, como a aplicação de multas

Questão 03

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta, tendo em vista as mudanças promovidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) pela Lei nº 14.230/2021, é a seguinte:

- A () consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992
B () os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica
C () aos atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública são aplicáveis as sanções de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 anos e pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano
D (X) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido

Questão 04

Com relação ao parecer jurídico emitido pelo órgão de assessoramento jurídico da Administração Pública, podemos afirmar que:

- A () a Lei nº 14.133/2021 prevê expressamente que o parecer jurídico pode ser dispensado nas hipóteses de contratação de baixo valor e baixa complexidade, independentemente de ato administrativo que regule essa dispensa
B () de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o parecerista é solidariamente responsável com o gestor público por atos que causem dano ao erário apenas nos casos em que tenha agido com dolo de praticar ato ilícito e se o parecer for vinculante
C () na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração poderá, discricionariamente, por meio de decisão fundamentada, atribuir prioridade aos processos licitatórios que considerar mais urgentes
D (X) o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos

Questão 05

Em conformidade com as disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei nº 14.133/2021), é correta a seguinte afirmativa:

- A (X) o pregão é modalidade licitatória obrigatória na contratação de bens e serviços comuns cujo critério de julgamento deve ser sempre o de menor preço *art 6º, LXI*
- B () concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor *art 6º, XXXIX*
- C () o credenciamento é um procedimento auxiliar às contratações públicas, sendo dispensável a licitação na contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento *art 6º, XLIII*
- D () na aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, é dispensável a licitação, dado que só um imóvel com características específicas atende às necessidades da Administração Pública

Questão 06

Com relação aos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal, é correta a seguinte afirmativa:

- A () é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato
- B () é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, podendo ser exigida a concessão de licença para o exercício dessas atividades, na forma da lei
- C () todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou de prévio aviso à autoridade competente
- D (X) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva *art 5º, VII*

Questão 07

O Prefeito do Município X, alegando que a situação financeira do município é crítica e que não há recursos suficientes disponíveis, deixou de repassar, até o dia 20 do mês, os recursos previstos na Lei Orçamentária devidos à Câmara Municipal para o custeio do Poder Legislativo. Diante dessa situação hipotética, a alternativa que apresenta uma afirmativa correta é a seguinte:

- A () é permitido ao Prefeito Municipal deixar de repassar os valores devidos ao Poder Legislativo, se o município estiver em emergência financeira e não existirem recursos suficientes disponíveis
- B () o Prefeito deveria ter repassado ao Poder Legislativo o valor disponível, dado que o envio ao Legislativo de valor menor do que o previsto na Lei Orçamentária não configura crime de responsabilidade
- C (X) constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês
- D () ao não repassar os valores devidos ao Poder Legislativo, o Prefeito Municipal praticou crime comum e não crime de responsabilidade

Questão 08

Hugo, Vereador do Município Y, apresentou à Câmara Municipal projeto de lei de sua autoria que autoriza o Poder Executivo a criar força-tarefa para combate à propagação da COVID-19. O projeto de lei foi aprovado pelo Poder Legislativo e encaminhado ao Prefeito Municipal para sanção ou veto. Nesse cenário, podemos afirmar corretamente que:

- A () o projeto deve ser vetado por ser inconstitucional, dado que compete à União editar normas acerca do combate a pandemias, endemias e epidemias
- B () o projeto deve ser vetado por ser inconstitucional, dado que cria força-tarefa no âmbito do Poder Executivo, interferindo na estrutura desse Poder e violando o princípio da separação de poderes
- C (X) o projeto de lei deve ser sancionado, dado que não contém vício de constitucionalidade, pois a norma é meramente autorizativa, podendo o Chefe do Poder Executivo optar por criar ou não a força-tarefa
- D () o projeto de lei deve ser sancionado, dado que as normas que tratam da proteção da saúde são de iniciativa comum do Chefe do Poder Executivo e dos membros do Poder Legislativo, de modo que o projeto de lei não contém vícios de constitucionalidade

Questão 09

Tendo em vista as disposições constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da ordem econômica, a alternativa que apresenta uma afirmativa correta é a seguinte:

- ADP 449
- A (X) a proibição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência
 - B () a defesa do meio ambiente é um direito social, mas não é um dos princípios que regem a ordem econômica
 - C () a exploração direta de atividade econômica pelo Estado não será permitida, mesmo quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo
 - D () é inconstitucional, por violar o princípio da isonomia, a concessão de tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país

Questão 10

Com relação à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca das competências municipais, é incorreta a seguinte alternativa:

- Tema 272
- A () cabe aos Municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que possam causar impacto ambiental de âmbito local
 - B (X) o Município não é competente para editar normas que limitem o tempo de espera em filas de instituições bancárias, tendo em vista que compete à União editar normas acerca do funcionamento do sistema financeiro
 - C (-) compete aos Municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido
 - D () é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial

Questão 11

O Rio Previdência, autarquia estadual, é proprietária de imóvel localizado no Distrito de Bacaxá. Entretanto, em virtude de fiscalização perante tabelionato local, foi identificado que há promessa de compra e venda do imóvel para José Rico da Silva, morador de Bacaxá e empresário local. Em razão disto, o auditor tributário com atribuição realiza lançamento do IPTU em nome de José Rico da Silva, que se insurge e promove uma ação para anular o pagamento do tributo. Segundo entendimento pacificado das cortes superiores, espera-se ver julgada esta demanda da seguinte forma:

- A () em favor de José Rico da Silva, uma vez que o contribuinte, nos termos do Código Tributário Municipal de Squirema, é o proprietário do imóvel
- B (X) em favor do Município de Squirema, uma vez que o Código Tributário Municipal de Squirema também atribui à figura do promitente-comprador a condição de contribuinte
- C (X) em favor de José Rico da Silva, uma vez que ele somente terá proveito econômico quando transferida a propriedade para seu nome
- D () em favor do Município de Squirema, uma vez que a própria Constituição prevê expressamente esta hipótese

Questão 12

O Prefeito do Município de Squirema consulta você sobre a possibilidade de fixação de alíquotas progressivas para a contribuição para o custeio da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica. O objetivo seria fazer incidir uma alíquota maior sobre a conta daqueles que consomem mais. De forma a emitir um parecer correto, sua breve resposta deve ser:

- A () é possível, por não afrontar o princípio da capacidade contributiva; aliás nem é imposto, nem taxa, é *sim sui generis*
- B () é possível, por não afrontar o princípio da capacidade contributiva, pois se trata de um imposto
- C () não é possível, por afrontar o princípio da capacidade contributiva, pois se trata de taxa revestida de contribuição
- D (X) não é possível, por afrontar o princípio da capacidade contributiva, pois não se pode presumir riqueza de consumo maior

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

LC 116/03

ISSQN

Questão 13

Um decreto municipal instituiu um procedimento eletrônico para declaração relativa ao recolhimento de imposto sobre serviços de qualquer natureza. Em portaria do Secretário Municipal de Fazenda decorrente deste decreto, sobreveio uma obrigação de anexar ao documento eletrônico de declaração o extrato de máquina de pagamento por cartões de débito e crédito. Pablo Antônio Batista Xavier, dono da PABX serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos Ltda., se insurgiu contra tal exigência já que não veio ela prevista em lei. Sobre a insurgência de Pablo, é correta a seguinte afirmativa:

- A () deve prosperar, pois o fato gerador da obrigação tributária depende de previsão legal
B () deve prosperar, pois será sempre necessária uma lei para criar uma obrigação tributária
C () não deve prosperar, pois esta é uma hipótese de exceção constitucional ao princípio da legalidade
D (x) não deve prosperar, pois ao fato gerador da obrigação acessória basta a previsão em legislação

Questão 14

A respeito da isenção, é sempre correto afirmar que:

- A () a sua outorga será interpretada de forma extensiva
B () a isenção de crédito exonera todos os obrigados, inclusive se outorgada pessoalmente a um deles
C (x) a isenção pode ser restrita a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares *art. 176, I, do CTN*
D () a isenção alcança os tributos instituídos posteriormente à sua concessão

Questão 15

Segundo jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, é possível afirmar que a adesão a programa de parcelamento é causa de:

- A () extinção do crédito tributário, funcionando como pagamento em quotas
B () interrupção da prescrição, por haver reconhecimento inequívoco da dívida
C (x) suspensão do crédito tributário, sem influência na prescrição
D () exclusão do crédito, pois afasta a cobrança

MODERECOPA

Súmula 653 STJ

Questão 16

Uma informação verdadeira sobre prazo prescricional está apresentada na seguinte alternativa:

- A () só pode ser renunciado tacitamente
B () pode ser alterado por acordo entre as partes
C (x) iniciado contra uma pessoa, continua a correr contra o seu sucessor *art. 196 CC*
D () iniciado contra uma pessoa, reinicia contra o seu sucessor

Questão 17

Em relação aos bens imóveis, é correto afirmar que:

- A (x) seu prazo para usucapião é superior ao prazo aplicável aos bens móveis *art. 1268*
B () transferem-se sempre pela tradição, sem necessidade de nenhuma outra formalidade *art. 1250*
C () quando de propriedade de incapazes, não podem ser alienados ou gravados em hipótese alguma
D () admitem sempre apenas um único e exclusivo proprietário *art. 1358 CC*

Questão 18

São efeitos pessoais da separação judicial em relação aos cônjuges:

- A (x) romper o vínculo conjugal
B () estabelecer a guarda unilateral ou compartilhada dos filhos
C () pôr fim ao regime de bens
D () pôr termo aos deveres recíprocos do casamento, coabitação, fidelidade e assistência imaterial *art. 1576*

Questão 19

As execuções contra a Fazenda Pública fundadas em título extrajudicial seguem em parte o mesmo procedimento para cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Contudo, na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública ocorre:

- A (X) a necessidade de citação da Fazenda Pública e ampliação da matéria de defesa a ser eventualmente oposta em sede de embargos à execução
- B () a necessidade de intimação da Fazenda Pública e redução da matéria de defesa a ser eventualmente oposta em sede de embargos à execução
- C () a concessão de prazo de 90 dias para a oposição de embargos à execução, contados a partir da citação da Fazenda Pública
- D () a concessão do prazo de 15 dias para a oposição de embargos à execução, contados a partir da intimação da Fazenda Pública

Questão 20

Carlos protocolou em 10/03/2016 uma petição inicial exigindo a incidência do procedimento sumário do Código de Processo Civil de 1973 sobre sua causa. Neste caso:

- A () o juiz converterá a causa de imediato ao procedimento comum do Código de Processo Civil de 2015, aprovado no ano anterior à petição inicial de Carlos
- B () cumpridos os requisitos do Código de Processo Civil de 1973, seguir-se-á o procedimento sumário requerido
- C (X) aplicar-se-á o procedimento sumário do Código de Processo Civil de 1973 até a data da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015
- D () o juiz declarará a inépcia da petição inicial, pois não existia procedimento sumário no Código de Processo Civil de 1973

PORTUGUÊS

Texto 1 – TEMPLO DOS DESEJOS

Era um lugar paradisíaco. Estaria eu a sonhar ou sob efeito de uma droga involuntariamente ingerida? Eu caminhava pausadamente naquele simulacro do Jardim do Éden. Ali não havia pecado e nenhum de seus efeitos: miséria, violência, fealdade, imundície ou medo. Tudo absolutamente clean: o brilho das luzes, a beleza dos objetos, o requinte high-tech dos equipamentos.

A minha volta, todos pareciam felizes, traziam aspecto saudável. Ninguém descalço, desdentado, estendido em calçadas ou com o olhar precocemente ameaçador. Sentia-me inteiramente seguro naquela pirâmide dourada, cujos túneis me conduziam a nichos de esplendor.

A minha disposição, os mais suaves calçados para os pés, roupas de colorido vivo, agasalhos de lã ou couro, camisas e ternos bem cortados, computadores de última geração, máquinas digitais, celulares de multiuso... No piso superior, iguarias importadas e refinados manjares, de sanduíches pantagruélicos a panquecas adocicadas, sem que se aspirasse o menor odor de gordura ou existissem pedintes ou gatos e cães vadios a espreitar sobras. Todos os veneráveis objetos eram acolitados por belíssimas sacerdotisas, e a contemplação de tão sofisticados artefatos enlevava a alma.

Ao fundo, uma delicada música que não agredia os ouvidos e contribuía à paz de espírito.

Não havia trânsito nem o cheiro asfíxiante de gases emanados de motores. Desprovidas de ruídos, nas alamedas feericamente iluminadas os transeuntes caminhavam sem pressa, atentos às maravilhas circundantes. Podiam subir de um piso ao outro sem o menor esforço; bastava pousar os pés numa esteira que os içava ao topo sem desprenderem energia.

O ambiente impregnava-se de leve odor de perfume; todos ali pareciam muito felizes, livres do assédio de crianças de rua, do espectro de maus encarados, da presença intimidadora de viaturas policiais. Viam-se expostos inúmeros talismãs capazes de nos imprimir valor e suscitar a inveja alheia. Bastava pagar por um deles e ver consagrada a felicidade de tornar-se portador daquelas preciosidades, como se o mago houvesse se desprendido da lâmpada de Aladim.

Fascinava-me a inventividade dos seres humanos. Não que os artefatos fossem comuns; pelo contrário, eram instrumentos para a escrita e equipamentos esportivos, objetos de cutelaria e precisão ótica, uma infinidade de frascos contendo o poder de, abertos, exalar beleza e fascínio. A diferença residia no designer arrojado, na estética atrativa, na sofisticação de peças como um simples abridor de garrafa.

Estaria eu num conto de Borges? Estaria a sonhar ou seria eu o resultado de um sonho? Estar ali era como se todos os dias fossem domingo, momento de ócio e distração, seduzido por aquele espaço lúdico que me permitia evadir da realidade e acreditar pertencer

ao seletor clube dos eleitos a penetrarem o nirvana.

Eu não queria acordar, resistia a ser expulso do Paraíso e, como Lúcifer, precipitar-me na infernal rotina do trabalho árduo, da vida medíocre, da paisagem incolor, da insegurança das ruas e da atmosfera poluída contaminada pelo medo. Queria permanecer ali para sempre, guardado no ventre acrílico daquela imensa catedral habitada por ídolos de minha devoção, cultuados por desmedidas ambições.

Ali eu me sentia próximo ao céu, ao mundo dos que foram poupados do sofrimento, à esfera dos premiados pela fortuna. Estava redimido dessa pobre humanidade que nos priva do encanto, da magia, do universo onírico onde se volatilizam todas as dores e angústias. Ali se me acercavam o Olimpo e todos os bens capazes de realçar uma pessoa acima de seus semelhantes.

Contudo, chegou a hora de cerrar vitrines e baixar portas. Fui avisado pelo vigilante que dentro de cinco minutos o shopping seria fechado.

BETTO, Frei. Templo dos Desejos, *Correio Braziliense*, Brasília, 01 ago. 2008. Opinião. p. 25.

(*) Borges – escritor, poeta e ensaísta argentino.

Questão 21

Ao longo do texto, percebe-se que o shopping center é um espaço privado de consumo individual que oferece estrategicamente elementos – lazer, alimentação – como importantes atrativos.

A leitura atenta do texto permite afirmar que Frei Betto apresenta, em relação a esse templo dos desejos, uma atitude de:

- A () neutralidade
- B (X) concordância
- C () indiferença
- D (X) discordância

Questão 22

Releia o parágrafo transcrito abaixo.

Fascinava-me a inventividade dos seres humanos. Não que os artefatos fossem incomuns; pelo contrário, eram instrumentos para a escrita e equipamentos esportivos, objetos de cutelaria e precisão ótica, uma infinidade de frascos contendo o poder de, abertos, exalar beleza e fascínio. A diferença residia no designer arrojado, na estética atrativa, na sofisticação de peças como um simples abridor de garrafa.

Nesse parágrafo, a crítica citada pelo autor reforça a seguinte tese central do texto:

- A () interferência do progresso sobre as ações individuais
- B () insuficiência de capacidade reflexiva do cidadão
- C (X) articulação do elo capitalista entre consumo e lazer
- D () importância do consumo na condição humana

Questão 23

Os textos, ao circularem socialmente, realizam-se como práticas de linguagem, assumindo funções específicas, formais e de conteúdo. O objetivo do texto 1 é:

- A () definir regras de comportamentos sociais
- B () defender a importância do consumo
- C () facilitar o acesso ao shopping center de classes economicamente desfavorecidas
- D (X) refletir sobre o consumo em lugares construídos para esse fim

Questão 24

Frei Betto, para falar sobre o shopping center, estabelece relação de identidade com vários elementos, principalmente, do campo litúrgico. Nesse sentido, a figura de linguagem predominante no texto 1 é:

- A () metáfora
- B () paradoxo
- C () eufemismo
- D (X) ironia

Questão 25

Sentia-me inteiramente seguro naquela pirâmide dourada, cujos túneis me conduziam a nichos de esplendor.

No trecho, o termo sublinhado possui classe morfológica específica tal qual se observa em:

- A (X) Ao fundo, uma delicada música que não agredia os ouvidos e contribuía à paz de espírito.
- B () No piso superior, iguarias importadas e refinados manjares, de sanduíches pantagruélicos a panquecas adocicadas, sem que se aspirasse o menor odor de gordura
- C () Eu não queria acordar, resistia a ser expulso do Paraíso e, como Lúcifer, precipitar-me na infernal rotina do trabalho árduo, da vida medíocre
- D () Contudo, chegou a hora de cerrar vitrines e baixar portas.

Texto 2

PARKER
TEXACO

ESSO
FORD

MELHORAL
SONRISAL

RINSO
LEVER
GESSY

RCE
GE

ELECTRIC
COLGATE
MOTORS

MOBIL
KOLYNOS

GENERAL

casas pernambucanas

(*Não fosse isso*, 1980 – Paulo Leminski)

Questão 26

O arranjo visual das palavras é uma característica marcante da poesia concreta. Como podemos observar no poema de Paulo Leminski (1944-1989), há uma ruptura da sintaxe. Sem a utilização do código verbal, o poema se estrutura pela justaposição de palavras que revelam marcas empresariais famosas da época, em letras maiúsculas e organizadas em grupos. O par de palavras representativo da análise dessa poesia concreta é:

- A (X) hegemonia americana e Brasil
- B () industrialização americana e consumismo
- C () publicidade e marketing
- D () progresso e ciência

Texto 3 – VITRINES

"As vitrines são vitrines
Sonhos guardados perdidos
Em claros cofres de vidro

Um astronauta risonho
Como um boneco falante
Numa pequena vitrine
De plástico transparente
Uma pequena vitrine
A escotilha da cabine

Mundo do lado de fora
Do lado de fora, a ilha
A ilha Terra distante
Pequena esfera rolante
A Terra bola azulada
Numa vitrine gigante

O cosmonauta, a vitrine
No cosmos de tudo e nada
De éter de eternidade
De qualquer forma vitrine
Tudo que seja ou que esteja
Dentro e fora da cabine
Eter-cosmo-nave-nauta
Acoplados no infinito
Uma vitrine gigante
Plataforma de vitrines

Eu penso nos olhos dela
Atrás das lentes azuis
Dos óculos encantados
Que ela viu numa vitrine
Óculos que eu dei a ela
Num dia de muita luz

Os óculos são vitrines
Seus olhos azuis, meu sonho
Meu sonho de amor perdido
Atrás de lentes azuis
Vitrines de luz, seus olhos
Infinitamente azuis"

Gilberto Gil

Questão 27

Vitrines é uma das músicas de Gilberto Gil que critica um modelo incipiente de sociedade no Brasil no século XX. A faixa está no álbum *Cérebro eletrônico*, lançado em 1969.

O primeiro verso da canção "As vitrines são vitrines", dentro do contexto da música, indica que as vitrines são:

- A (X) sonhos de consumo
- B () elementos importantes do sistema capitalista
- C () meios de produção do sistema capitalista
- D () referência à propriedade privada

Questão 28

Na segunda estrofe, Gilberto Gil escreve os seguintes versos:

*Numa pequena vitrine
De plástico transparente*

Esses versos mantêm relação de identidade com:

- A (X) o fato de o homem ter pisado na Lua
- B () o império da mídia de massa
- C () a globalização
- D () o progresso social

2B 10A
8D 9C

Questão 29

Ao longo da letra percebe-se que um aspecto da "vitrine" é evidenciado: a forma como o consumo e a tecnologia se tornaram parte das relações pessoais. Esse aspecto é identificado em:

- A () A Terra bola azulada
Numa vitrine gigante
B () Uma pequena vitrine
A escolinha da cabine
C (X) Eter-cosmo-nave-nauta
Acoplados no infinito
D () Os óculos são vitrines
Seus olhos azuis, meu sonho

Texto 4



dominiopublico.gov.br

Questão 30

As funções da linguagem são formas de utilização da linguagem segundo a intenção do falante. Na tirinha da Mafalda, há uma referência a uma determinada função focada no destinatário, manifestada pelas expressões: use, compre, beba, coma, prove.

Essa função é denominada:

- A () referencial
B () metalinguística
C (X) conativa
D () fática

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 31

A Lei Orgânica do Município prevê que, por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar Secretário Municipal para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos. O não comparecimento do convocado, sem justificativa, será considerado:

- A (X) infração
B () desacato
C () transgressão
D () contravenção

Questão 32

Conforme determinado na Lei Orgânica Municipal, no caso de projeto de lei rejeitado pela Câmara Municipal, o mesmo assunto somente poderá ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, se tiver a iniciativa:

- A (X) da maioria dos Vereadores
B () do Prefeito Municipal
C () do eleitorado, na forma legal
D () de comissão especial da Câmara

Questão 33

A retribuição pecuniária pelo exercício do cargo, cujo valor é fixado em lei, é definida pela legislação local como:

- A () ordenado
B (X) vencimento
C () pagamento
D () remuneração

Questão 34

Os cargos efetivos da Administração Pública municipal, pela legislação local, serão organizados em classes, observadas a escolaridade e a qualificação profissional, de forma:

- A () sequencial
- B () sucessiva
- C (x) progressiva
- D () encaixada

Questão 35

O Código Tributário Municipal determina que, no caso de tributos cujo sujeito passivo tenha o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade competente, o lançamento se dará por:

- A () estimativa
- B (x) homologação
- C () arbitramento
- D () revisão

CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Questão 36

Os índios Tamoios que habitavam a região em que aportou a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, tinham como líder:

- A () Tibiriçá
- B () Soco-remá
- C (x) Sapiguaçu
- D () Cunhambebe

Questão 37

A igreja Nossa Senhora de Nazareth tem como origem:

- A () o convento de Santo Alberto, edificado pelos carmelitas
- B () a capela construída por Manoel Aguiar Moreira no outeiro à beira do mar
- C () o oratório criado no local em que padre José de Anchieta realizou a pesca milagrosa
- D (x) o coreto Império do Divino, doado por Tomás Cotrim de Carvalho para a festa da Folia do Divino

Questão 38

No relevo de Saquarema, um dos pontos culminantes é a serra do Tingui, localizada na divisa com o Município de:

- A (x) Rio Bonito
- B () Araruama
- C () Tanguá
- D () Maricá

Questão 39

De acordo com a divisão regional oficial do Estado do Rio de Janeiro, Saquarema faz parte da mesorregião denominada:

- A () Lagos
- B () Baixadas
- C (x) Litorânea
- D () Bacia de São João

Questão 40

O distrito de Sampaio Correa foi criado em 1892 com a seguinte denominação:

- A (x) Palmital
- B () Maranguá
- C () Santa Luiza
- D () Mato Grosso

Questão Dissertativa:

Disserte sobre o regime jurídico de uso dos bens públicos municipais, indicando a definição de cada classe de bens públicos, formas e condições a serem observadas para alienação no regime da Lei nº 14.133/2021 e as formas de utilização privativa por terceiros.

→ Pág. 6